



Presidência da República  
Gabinete de Segurança Institucional  
Agência Brasileira de Inteligência

**TERMO DE REFERÊNCIA**

IN SGD/ME Nº 1/2019, Art. 12

**1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Contratação de suporte técnico especializado CISCO SMARTnet, com cobertura para o próximo dia útil (NBD – *Next Business Day*) e **aquisição** da ferramenta de monitoramento Cisco Prime Infrastructure, incluindo upgrade de licenças preexistentes e suporte técnico, conforme demonstrado na tabela abaixo:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT/CATSER	QTDE	UN.	VALOR UNIT. MENSAL* (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	COTA RESERVADA (LC Nº 123/2006)
1	1	Extensão de garantia Cisco ASA 5585	27120	2	Un.	9.750,00	234.000,00	Não
	2	Extensão de garantia Cisco Catalyst 6509	27120	2	Un.	9.415,00	225.960,00	
	3	Extensão de garantia Cisco Catalyst 4500	27120	1	Un.	1.245,00	14.940,00	
	4	Extensão de garantia Cisco Catalyst 4500	27120	1	Un.	1.245,00	14.940,00	
	5	Extensão de garantia Cisco Catalyst 3850	27120	3	Un.	1.380,00	49.680,00	
	6	Extensão de garantia Cisco Catalyst 3850	27120	3	Un.	1.380,00	49.680,00	
2	7	Cisco Prime Infrastructure (VM)	27480	1	Un.	N/A	1.395,00	Não
	8	Suporte para o Cisco Prime Infrastructure (VM) pelo período de 12 (doze) meses	27480	1	Un.	40,00	480,00	
	9	Cisco Prime Infrastructure (Base License)	27480	1	Un.	N/A	5.065,00	
	10	Suporte para o Cisco Prime Infrastructure (Base License) pelo período de 12 meses	27480	1	Un.	150,00	1.800,00	
	11	Cisco Prime Infrastructure (Upgrade - 50 licenças TOKEN)	27480	1	Un.	N/A	28.755,00	
	12	Suporte para o Cisco Prime Infrastructure (Upgrade - 50 licenças TOKEN) pelo período de 12 (doze) meses	27480	1	Un.	1.790,00	21.480,00	
	13	Cisco Prime Infrastructure (Upgrade - 100 licenças TOKEN)	27480	1	Un.	N/A	48.740,00	
	14	Suporte para o Cisco Prime Infrastructure (Upgrade - 100 licenças TOKEN) pelo período de 12 (doze) meses	27480	1	Un.	3.035,00	36.420,00	
TOTAL						29.430,00	733.335,00	

\* Todos os itens estão previstos para serem contratados com pagamento mensal, exceto os itens 7, 9, 11 e 13 cujo pagamento será integral, por se tratar da aquisição da ferramenta Cisco Prime Infrastructure e do upgrade (tokens) de cada um dos equipamentos a serem gerenciados pela ferramenta.

**1.2. Descrição da Solução de TIC**

1.2.1. O Grupo 1 prevê a contratação de extensão de garantia CISCO SMARTnet, com cobertura para o próximo dia útil (NBD – *Next Business Day*), para os produtos listados na tabela abaixo:

GRUPO	ITEM	PART NUMBER DO PRODUTO	GARANTIA OFERTADA	QTDE	SERIAL NUMBER	FIM DA VIGÊNCIA ATUAL DO SUPORTE	END OF LIFE DO EQUIPAMENTO
1	1	ASA5585-S20-K8	CON-SNT-A85S2K8	2	JMX2002802E	06/02/2021	31/05/2023
					JMX2002802D		
	2	VS-C6509E-SUP2T	CON-SNT-VS09E2T	2	SMG1946F01P	13/02/2021	31/10/2025
					SMG1946F019		
	3	WS-C4500X-16SFP+	CON-SNT-WSC16SFX	1	JAE1933058L	06/02/2021	31/10/2025
	4	WS-C4500X-16SFP+	CON-SNT-WSC16SFX	1	JAE204208B2	24/01/2022	31/10/2025
	5	WS-C3850-24S-S	CON-SNT-WSC3854S	3	FOC1950X0ZK	28/01/2021	Não Divulgado
					FOC1950X0ZN		
					FOC1950X0ZJ		
	6	WS-C3850-24S-S	CON-SNT-WSC3854S	3	FCW2050C18E	26/01/2022	Não Divulgado
					FCW2050F0ZS		
					FCW2050C187		

1.2.2. O Grupo 2 prevê a contratação da ferramenta de monitoramento Cisco Prime Infrastructure, incluindo upgrade de licenças preexistentes (tokens individuais para os principais equipamentos que compõem a infraestrutura de rede da ABIN), conforme quantidades listadas na tabela abaixo:

GRUPO	ITEM	PART NUMBER DO PRODUTO	DESCRIÇÃO	QTDE
2	7	R-PI38-SW-K9	Cisco Prime Infrastructure (VM)	1
	8	CON-ECMU-RPI38SWK	Suporte para o Cisco Prime Infrastructure (VM) pelo período de 12 (doze) meses	1
	9	L-MGMT3X-PI-BASE	Cisco Prime Infrastructure (Base License)	1
	10	CON-ECMU-LMGMBASE	Suporte para o Cisco Prime Infrastructure (Base License) pelo período de 12 meses	1
	11	L-P-PI3X-LF-50-U	Cisco Prime Infrastructure (Upgrade - 50 licenças TOKEN)	1
	12	CON-ECMU-LPPIX50U	Suporte para o Cisco Prime Infrastructure (Upgrade - 50 licenças TOKEN) pelo período de 12 (doze) meses	1

13	L-P-P3X-LF-100-U	Cisco Prime Infrastructure (Upgrade - 100 licenças TOKEN)	1
14	CON-ECMU-LPPIF100	Suporte para o Cisco Prime Infrastructure (Upgrade - 100 licenças TOKEN) pelo período de 12 (doze) meses	1

### 1.3. Classificação dos bens/serviços

1.3.1. Os produtos de tecnologia da informação aqui pretendidos atendem a protocolos, métodos e técnicas pré-estabelecidas e conhecidas, bem como a padrões de desempenho e qualidade que foram objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado. Assim, os bens/serviços objeto desta contratação são classificados como bens comuns na forma do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520, de 2002.

### 1.3.2. A contratação:

1.3.2.1. Atende ao Decreto Nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, pois os serviços a serem contratados não se enquadram na lista de vedações apresentadas pelo art. 3º;

1.3.2.2. Enquadra-se nos pressupostos da portaria Nº 443, de 27 de dezembro de 2018, que estabelece os serviços que serão preferencialmente executados de forma indireta;

1 - Os serviços de tecnologia da informação e prestação de serviços de informação foram contemplados no inciso XXIII do art. 1º da referida Portaria. O parágrafo único, também do art. 1º, estabeleceu ainda que outras atividades que não estejam contempladas na lista apresentada na Portaria poderão ser passíveis de execução indireta, desde que atendidas as vedações constantes no Decreto nº 9.507, de 2018.

#### 1.4. Reserva de cotas

Não haverá reserva de cotas para este procedimento licitatório.

1.4.1.1. A reserva de cotas implicaria no parcelamento do objeto. Entretanto, devido às características dos produtos para os quais se pretende contratar o suporte técnico, é necessário que todos os itens do grupo 1 sejam fornecidos por um único licitante, assim como todos os itens do grupo 2. Essa necessidade advém da criticidade desses equipamentos na topologia de rede da ABIN, já que esses dispositivos compõem o *core* (núcleo) da infraestrutura de rede.

Inicialmente cumpre esclarecer que, não obstante esteja sendo adquirida a extensão de garantia do fabricante desses equipamentos, há que se mencionar o contato inicial com o fornecedor em casos de necessidade de prestação do suporte *on site*, ou seja, nas dependências da ABIN. Há situações em que é necessária análise de problemas que causam lentidão e/ou interrupção na rede e interferem na disponibilização regular dos serviços aos usuários da ABIN. Nesses casos, é indispensável a atuação de técnicos da contratada sempre que a causa dessas falhas não puder ser detectada pelos técnicos da ABIN. Essa intervenção da contratada tem o objetivo de identificar a falha e o equipamento responsável por ela.

Ocorre que, a reserva de cotas implicaria na possibilidade de adjudicação dos itens a mais de um fornecedor, podendo chegar a 6, no caso do Grupo 1 e três fornecedores no caso do grupo 2. A pluralidade de fornecedores implicaria, portanto, na intervenção de diferentes equipes atuando simultaneamente no ambiente da ABIN para identificar o equipamento responsável pela falha, já que cada fornecedor deveria avaliar o dispositivo para o qual fornece o suporte técnico. Este seria o pior cenário a ser tratado pela ABIN em momentos de indisponibilidade da rede em virtude de falhas nos equipamentos do núcleo da infraestrutura, não somente pelos prejuízos em decorrência da parada da rede, mas pela dificuldade da ABIN de coordenar a atuação dos fornecedores, dada a quantidade reduzida de técnicos que poderia ser alocada para esta atividade.

Essa dificuldade permeia situações em que a identificação do problema passa por uma análise do ambiente em que os equipamentos estão inseridos, ou seja, em que cada dispositivo é apenas um dos componentes de uma determinada solução. É o caso, por exemplo, da infraestrutura de rede da ABIN, onde cada dispositivo identificado nos itens desta licitação tem um papel crucial na manutenção da disponibilidade dos serviços de TIC da Agência. Na análise para identificação de falhas, é inadmissível que a descoberta da causa do problema dependa da discussão entre diferentes fornecedores para apontar quem é o responsável pelo suporte do equipamento defeituoso. Neste caso, até mesmo a responsabilização pelo não cumprimento dos prazos definidos para restabelecimento da operação da rede seria comprometida, justamente pela dificuldade de se identificar a contratada que comete a infração.

Portanto, para que não haja conflito entre diferentes fornecedores exatamente no momento em que é necessário o acionamento do suporte técnico, já que isso pressupõem um estado crítico da infraestrutura (algo deu errado e ações precisam ser tomadas para restabelecer a disponibilidade da rede), é importante que haja apenas um ponto central de contato entre a ABIN e o fabricante da solução. Este fornecedor deve ser capaz de colaborar com a ABIN para identificar o equipamento defeituoso para que seja substituído pelo fabricante. A atuação de um único fornecedor também deixa clara a responsabilidade pelo funcionamento de todos os equipamentos para os quais o suporte técnico está sendo contratado, afastando qualquer dúvida quanto à responsabilização em caso de descumprimento de prazos contratuais.

Considerando, portanto, que a adoção de cotas representa, neste caso, prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, nos termos do Art. 10, inciso II do Decreto nº 8.538, de 2015, não haverá fixação de cotas reservadas para ME/EPP neste procedimento licitatório.

1.5. **Aplicabilidade do direito de preferência na contratação de bens e serviços de informática**

1.5.1. Considerando que o objeto da licitação se amolda ao conceito de bem de tecnologia da informação e comunicação estabelecido art. 16-A, inciso III, da Lei nº 8.248, de 1991 **["III – programas para computadores, máquinas, equipamentos e dispositivos de tratamento da informação e respectiva documentação técnica associada (software); IV – serviços técnicos associados aos bens e serviços descritos nos incisos I, II e III"]**, será assegurado, na presente licitação, o direito de preferência previsto no art. 3º do referido diploma legal, conforme procedimento estabelecido nos arts. 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

## 2. JUSTIFICATIVAS DA CONTRATAÇÃO

### 2.1. Da relação entre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações e os Objetivos Estratégicos

2.1.1. A relação entre a contratação e o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações e o seu respectivo alinhamento com os Objetivos Estratégicos da ABIN foram elencados no Documento de Oficialização da Demanda.

## 2.2. Da relação entre a necessidade da contratação da solução de TIC e os respectivos volumes e características do objeto

Para que a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) possa assessorar devidamente o Processo Decisório Nacional é preciso que os seus sistemas forneçam as informações certas no momento desejado. Para tanto, é imprescindível que sua rede de comunicação de dados esteja disponível sempre que uma determinada atividade a demandar.

Os equipamentos para os quais se pretende adquirir o suporte técnico, listados no grupo 1, compõem a infraestrutura necessária para disponibilização de dados às aplicações e aos usuários de um modo geral. Problemas detectados nesses equipamentos podem causar a parada parcial ou lentidão da rede da ABIN e, em último caso, provocar a indisponibilidade de serviços importantes oferecidos aos servidores e parceiros.

Os ativos de rede previstos neste grupo foram adquiridos pela ABIN com suporte técnico pelo período de 5 anos, prazo este que se encerra no início de 2021. Como estes equipamentos ainda atendem às necessidades da ABIN e ainda estão dentro do prazo previsto pelo fabricante para prestação de suporte, é técnica e economicamente mais vantajoso estender a garantia, denominada Cisco SmartNet, com cobertura para o próximo dia útil (NBD – *Next Business Day*), até que:

- 1) o fabricante deixe de prestar o suporte técnico (inclusive para módulos/componentes instalados nos equipamentos atuais) ou
- 2) os equipamentos não mais atendam aos requisitos para os quais foram adquiridos e sejam substituídos por outros tecnologicamente mais avançados.

Assim, tendo em vista que o atual contrato de manutenção e suporte de alguns equipamentos que compõem a infraestrutura de rede da ABIN está chegando ao fim, com esta contratação, a ABIN procura minimizar o risco de colapso do funcionamento da sua rede de dados e garantir a disponibilidade dos dados e informações.

- **Item 1:** Equipamentos centrais em termos de tráfego de dados e controle de segurança da rede interna da Agência. O prazo máximo de renovação será o término de vigência do suporte do fabricante para este modelo, [que é 31/05/2023](#).
- **Item 2:** Em razão de estudos em andamento sobre tecnologias mais atuais para a função hoje exercida por estes equipamentos, a renovação do contrato de suporte **será no máximo até 31/10/2025**, período suficiente para um possível redesenho da rede e consequente substituição destes produtos.
- **Itens 3 e 4:** A ABIN possui 2 equipamentos do mesmo modelo, operando em redundância, mas que, por terem sido adquiridos em datas diferentes estão com a vigência do suporte dessincronizadas.
  - **Tratam-se** de equipamentos de alta performance com conexões de fibra ótica. Dada a capacidade dos equipamentos, serão úteis em todos os cenários possíveis de evolução da rede. Portanto, é tecnicamente viável a renovação pelo período máximo até o fim de vida (*End-of-Life*), [ou seja, até 31/10/2025](#).

ITEM	PART NUMBER DO PRODUTO	QTDE	FIM DA VIGÊNCIA ATUAL DO SUPORTE	END OF LIFE DO EQUIPAMENTO
3	WS-C4500X-16SFP+	1	06/02/2021	31/10/2025
4		1	24/01/2022	

- **Itens 5 e 6:** A ABIN possui 2 equipamentos do mesmo modelo, operando em redundância, mas que, por terem sido adquiridos em datas diferentes estão com a vigência do suporte dessincronizadas.
  - Tratam-se de equipamentos de alta performance com conexões de fibra ótica. Dada a capacidade dos equipamentos, serão úteis em todos os cenários possíveis de evolução da rede. **Portanto, é tecnicamente viável a renovação pelo período estabelecido para a vigência do contrato, considerando seu limite de prorrogação, e limitado ao fim de vida (End-of-Life) do equipamento, quando este for divulgado pelo fabricante.**

ITEM	PART NUMBER DO PRODUTO	QTDE	FIM DA VIGÊNCIA ATUAL DO SUPORTE	END OF LIFE DO EQUIPAMENTO
5	WS-C3850-24S-5	3	28/01/2021	Não Divulgado
6		3	26/01/2022	

Desde a última aquisição de equipamentos de rede, os softwares de monitoramento e gerenciamento não foram atualizados para as versões mais recentes. Assim, há a necessidade da renovação das licenças dos softwares utilizados no monitoramento e gerenciamento dos ativos e dispositivos de segurança de rede, visando sua atualização tecnológica e adequação das licenças ao novo quantitativo de equipamentos a serem monitorados. O quantitativo de licença é o mínimo necessário para contemplar o monitoramento de todos os equipamentos de rede atuais.

Além da renovação das licenças, também é necessária a contratação de suporte técnico para as ferramentas, de modo a garantir a atualização e o upgrade das versões por um período de 12 (doze) meses.

As contratações de software são realizadas, via de regra, pelo modelo de licença de uso, no qual o usuário adquire o direito de usar o software, normalmente de forma perpétua, com base em algum parâmetro quantificador. Adicionalmente, o contratante pode adquirir alguns serviços que estão vinculados às licenças contratadas, por um período determinado, chamados de serviços agregados, assim definidos:

- a) Suporte técnico: atendimento realizado pelo fabricante para tratar de eventuais problemas no funcionamento do software em decorrência de falhas de engenharia do produto ou para dirimir dúvidas sobre o uso do produto;
- b) Manutenção do software (Correção de erros): disponibilização, por parte do fabricante, de componente de software (bug fix) com vistas a corrigir um comportamento disfuncional do software, derivado de engenharia do produto, e que é aplicado sobre uma determinada versão;
- c) Atualização de versões: disponibilização, por parte do fabricante, de uma versão completa do software, ou parcial, mas com funcionalidades adicionais ou evoluções tecnológicas, que compreendam uma nova versão estável do produto. Podem, também, incluir correções de comportamentos disfuncionais que não tenham sido corrigidos por manutenções anteriores do software, por critério do fabricante.

Para os produtos de software a serem adquiridos, é preciso contratar ainda serviços agregados que garantam o suporte técnico e a atualização de versões. Com isso pretende-se manter as ferramentas sempre atualizadas, com os recursos mais recentes implementados em novas versões, além de manter o ambiente seguro, com todas as correções de falhas implementadas pelo fabricante.

- **Itens 7 a 14** - Ferramenta de gerência dos equipamentos do fabricante Cisco, acompanhada de licenças de upgrade para os principais equipamentos da rede da ABIN. Fundamental para administração, monitoramento e auditoria das configurações. O prazo de vigência do suporte será de 12 meses, podendo ser prorrogado, nos limites da lei, até que se atinja o tempo de vida útil dos equipamentos.
  - o Os tokens a serem adquiridos são suficientes para atender os equipamentos listados neste documento e os demais existentes na Infraestrutura de rede da ABIN, que não estão contemplados neste processo.

2.3. **Do parcelamento ou não da contratação**

Conforme detalhado no item 1.4.1.1, devido às características dos produtos para os quais se pretende contratar o suporte técnico, é necessário que todos os itens do grupo 1 sejam fornecidos por um único licitante. Essa necessidade advém da criticidade desses equipamentos na topologia de rede da ABIN, já que esses dispositivos compõem o *core* (núcleo) da infraestrutura de rede.

Não obstante esteja sendo adquirida a extensão de garantia do fabricante desses equipamentos, há que se mencionar o contato inicial com o fornecedor em casos de necessidade de prestação do suporte *on site*, ou seja, nas dependências da ABIN. Há situações em que é necessária análise de problemas que causam lentidão e/ou interrupção na rede e interferem na disponibilização regular dos serviços aos usuários da ABIN. Nesses casos, é indispensável a atuação de técnicos da contratada sempre que a causa dessas falhas não puderem ser detectadas pelos técnicos da ABIN. Essa intervenção da contratada tem o objetivo de identificar a falha e o equipamento responsável por ela.

Ocorre que, o parcelamento do objeto implicaria na possibilidade de adjudicação dos itens a mais de um fornecedor, podendo chegar a 6, no caso do Grupo 1 e três fornecedores no caso do grupo 2. A pluralidade de fornecedores implicaria, portanto, na intervenção de diferentes equipes atuando simultaneamente no ambiente da ABIN para identificar o equipamento responsável pela falha, já que cada fornecedor deveria avaliar o dispositivo para o qual fornece o suporte técnico. Este seria o pior cenário a ser tratado pela ABIN em momentos de indisponibilidade da rede em virtude de falhas nos equipamentos do núcleo da infraestrutura, não somente pelos prejuízos em decorrência da parada da rede, mas pela dificuldade da ABIN de coordenar a atuação dos fornecedores, dada a quantidade reduzida de técnicos que poderia ser alocada para esta atividade.

Essa dificuldade permeia situações em que a identificação do problema passa por uma análise do ambiente em que os equipamentos estão inseridos, ou seja, em que cada dispositivo é apenas um dos componentes de uma determinada solução. É o caso, por exemplo, da infraestrutura de rede da ABIN, onde cada dispositivo identificado nos itens desta licitação tem um papel crucial na manutenção da disponibilidade de todos os serviços de TIC da Agência. Na análise para identificação de falhas, é inadmissível que a descoberta da causa do problema dependa da discussão entre diferentes fornecedores para apontar quem é o responsável pelo suporte do equipamento defeituoso. Neste caso, até mesmo a responsabilização pelo não cumprimento dos prazos definidos para restabelecimento da operação da rede seria comprometida, justamente pela dificuldade de se identificar a contratada que comete a infração.

Portanto, para que não haja conflito entre diferentes fornecedores exatamente no momento em que é necessário o acionamento do suporte técnico, já que isso pressupõem um estado crítico da infraestrutura (algo de errado e ações precisam ser tomadas para restabelecer a disponibilidade da rede), é importante que haja apenas um ponto central de contato entre a ABIN e o fabricante da solução. Este fornecedor deve ser capaz de colaborar com a ABIN para identificar o equipamento defeituoso para que seja substituído pelo fabricante. A atuação de um único fornecedor também deixa clara a responsabilidade pelo funcionamento de todos os equipamentos para os quais o suporte técnico está sendo contratado, afastando qualquer dúvida quanto à responsabilização em caso de descumprimento de prazos contratuais.

Assim, a fim de mitigar o risco de pluralidade de fornecedores, optou-se pelo não parcelamento dos itens relacionados ao suporte técnicos dos equipamentos que compõem a infraestrutura de rede da ABIN.

Do mesmo modo, para o grupo 2, é tecnicamente inviável o parcelamento, uma vez que a atuação da licença (Itens 9, 11 e 13), assim como a aplicação dos upgrades previstos (Itens 12 e 14), devem ocorrer simultaneamente, de tal forma que devem ser providenciados por uma única contratada, eliminando-se assim o risco de contratações distintas levarem a entregas em datas diferentes, com a consequente ativação em datas divergentes. Esta situação poderia levar a casos injustos como a entrega dos upgrades por determinada empresa sem que a licença tenha sido ativada por outro fornecedor. Nesta situação, por exemplo, o prazo para o suporte dos upgrades começaria a contar antes de mesmo de serem utilizados pela ABIN, já que a licença não teria sido ativada por outra contratada.

2.4. **Da indicação da marca/modelo da solução**

2.4.1. A indicação de marca neste procedimento licitatório se dá por questões de compatibilidade e encontra respaldo no inciso I do Art. 15 da Lei nº. 8.666/93:

*Atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas.*

2.4.2. No caso dos grupos de 1 e 2, a garantia a ser contratada deve ser do próprio fabricante, uma vez que não é fornecida por outros fornecedores. Do mesmo modo, no caso da ferramenta de gerenciamento, como a grande maioria dos equipamentos da Abin são do fabricante Cisco, é tecnicamente inviável a aquisição de ferramenta de gerenciamento de outras marcas, pois não seriam compatíveis. Essa inviabilidade decorre da incompatibilidade de ferramentas de gerenciamento de um determinado fabricante com equipamentos de outros fabricantes. Ou seja, cada fabricante desenvolve sua própria ferramenta de gerenciamento, customizada para operar com equipamentos que ela mesmo desenvolve, adotando mecanismos de otimização e reconhecimento automático de seus próprios equipamentos.

2.5. **Da permissão de formação de consórcio**

2.5.1. A permissão de participação de empresas consorciadas visa permitir a inclusão de empresas que, isoladamente, não atenderiam a todos os requisitos de qualificação técnica exigidos pelo instrumento convocatório, com o objetivo de ampliar a competitividade;

2.5.2. Para esta contratação, no entanto, não há motivos que justifiquem a participação de empresas consorciadas, pois se trata de fornecimento de uma solução comumente fornecida no mercado por diferentes fornecedores credenciados pela CISCO, sem qualquer complexidade que justifique cooperação de duas ou mais empresas para sua entrega, ou seja, os a serem fornecidos, não pressupõem multiplicidade de atividades empresariais distintas. Além disso, todos os itens devem ser do mesmo fabricante, para garantir a compatibilidade e a integração da solução.

2.6. **Da subcontratação da solução**

2.6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

2.7. **Do prazo da vigência do contrato e outros prazos**

2.7.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contado da data de assinatura, podendo ser prorrogado, com fundamento no art. 57 da Lei n.º 8.666/1993, havendo interesse da contratante e mediante análise de viabilidade técnica e econômica, até o limite de 60 (sessenta) meses.

2.7.2. No caso dos itens do Grupo 01, o contrato poderá ser renovado para cobrir o suporte de cada equipamento, até que seja atingido o *end-of-life* definido pelo fabricante.

2.7.2.1. À medida em que houver renovação contratual, os equipamentos cujo *end-of-life* tenham sido atingidos, por óbvio, não terão o suporte prolongado;

2.7.2.2. Como pode ser observado na tabela do item 1.2.1, esses prazos estão compreendidos no limite de 60 (sessenta) meses, previstos no art. 57 da Lei n.º 8.666/1993;

2.8. **Do Registro de Preços (RP) e formação de cadastro reserva**

2.8.1. Não se aplica. Não serão registrados os preços para essa contratação.

2.9. **Da qualificação técnica – parcela relevante**

2.9.1. Com o intuito de minimizar os riscos da contratação e alcançar os resultados esperados, é imprescindível que o licitante possua capacidade técnica e de fornecimento para executar o objeto da licitação.

2.9.2. A exigência de comprovação de capacidade técnica relacionada ao objeto licitado se dá com fulcro no art. 30, § 1º, da Lei nº 8.666/1993 e visa garantir que a licitante já forneceu o serviço e, portanto, possui capacidade técnico-operacional para fornecê-lo adequadamente.

2.9.3. Essa exigência está de acordo com a necessidade da contratação, pois a solução compõe a infraestrutura necessária para disponibilização de dados e aplicações aos usuários de um modo geral. Problemas verificados em qualquer das partes da solução podem causar a interrupção dos serviços de TI prestados para a Instituição e, em último caso, provocar a indisponibilidade de serviços importantes oferecidos aos servidores e parceiros;

2.10. **Da vistoria técnica**

2.10.1. Considerando que todas as informações necessárias à composição das propostas para fornecimento dos bens e prestação dos serviços foram detalhadas neste documento, não há necessidade de as licitantes realizarem vistoria técnica no ambiente da CONTRATANTE.

2.11. **Da exigência de amostras ou prova de conceito**

2.11.1. Não serão exigidas amostras ou prova de conceito, porém, os produtos ofertados pela licitante classificada em 1º lugar passarão por inspeção e testes de avaliação para verificar seu pleno funcionamento durante as etapas de recebimento;

2.11.2. Para aferir a aderência dos produtos ofertados às especificações estabelecidas no Termo de Referência, serão analisadas a proposta e a documentação técnica apresentadas pela licitante classificada em primeiro lugar.

2.12. **Da consulta ou audiência pública**

2.12.1. Não houve consulta ou audiência pública, pois não se trata de contratação de maior materialidade ou complexidade. No entanto, fabricantes e fornecedores foram consultados previamente sobre as especificações e condições do projeto, para que pudessem se manifestar a respeito das condições estabelecidas, desde que fosse mantido o atendimento das necessidades da ABIN.

- 14/06/2021 15:19



VII -	A CONTRATADA deverá permitir à CONTRATANTE realizar as atualizações automáticas de softwares através de acesso direto ao site da CISCO SYSTEMS INC;
VIII -	São requisitos do serviço de suporte técnico especializado na modalidade CISCO SOFTWARE SUPPORT SERVICE (SWSS) para o software Cisco Prime Infrastructure: Suporte para os softwares da CISCO SYSTEMS INC. incluindo a manutenção (updates de versão) e novos lançamentos (upgrades de versão);
IX -	Entende-se por <i>updates</i> de versão toda a manutenção – corretiva, evolutiva, adaptativas, etc. – que altere o software original, mantendo-o na mesma versão contratada;
X -	Entende-se por <i>upgrade</i> de versão toda a manutenção – corretiva, evolutiva, adaptativas, etc. – que altere o software original, mudando-o da versão contratada;
3.6.	<b>Requisitos temporais, que definem datas de entrega da solução de TIC contratada</b>
3.6.1.	<b>Grupo 1:</b>
3.6.1.1.	O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura, podendo ser prorrogado, com fundamento no art. 57 da Lei n.º 8.666/1993, havendo interesse da contratante e mediante análise de viabilidade técnica e econômica, até o limite de 60 (sessenta) meses.
3.6.2.	<b>Grupo 02:</b>
3.6.2.1.	O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura, podendo ser prorrogado, com fundamento no art. 57 da Lei n.º 8.666/1993, havendo interesse da contratante e mediante análise de viabilidade técnica e econômica, até o limite de 60 (sessenta) meses.
3.6.2.2.	O prazo de vigência do suporte (itens 8, 10, 12 e 14) terá início a partir do recebimento definitivo.
3.6.3.	O prazo de entrega dos produtos será de até 30 (trinta) dias, contados da emissão da Ordem de Fornecimento de Bens.
3.7.	<b>Requisitos de segurança institucional</b>
3.7.1.	A CONTRATADA deverá submeter-se aos procedimentos contidos no regulamento de segurança corporativa da ABIN, em todos os eventos onde for necessária a presença de seu preposto e/ou funcionários nas dependências da CONTRATANTE.
3.7.2.	A CONTRATADA deverá observar as normas de segurança da CONTRATANTE para entrega da solução de TI, bem como para qualquer serviço a ser executado durante a vigência do contrato.
3.7.3.	A CONTRATADA deve guardar sigilo dos dados e das informações postas à sua disposição, não podendo cedê-los a terceiros ou divulgá-los de qualquer forma sem anuência expressa da CONTRATANTE, devendo entregar assinado o Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo (TCMS) e providenciar a assinatura do Termo de Ciência por todos os seus colaboradores que estejam relacionados com a execução do objeto, conforme modelos do ANEXO I e ANEXO II, respectivamente.
3.8.	<b>Requisitos de segurança da informação</b>
3.8.1.	Nos casos de Substituição Avançada de Hardware, as unidades de armazenamento, tais como SSDs e HDDs, deverão ser cedidas à CONTRATANTE na modalidade “ <i>Disk Retention</i> ”, ou seja, não serão devolvidas à CONTRATADA, nos casos de substituição dessas peças ou de substituição do próprio equipamento, permanecendo em posse da Abin.
3.8.1.1.	Em caso de necessidade de substituição de qualquer equipamento, as unidades de armazenamento, deverão ser removidas nas dependências da ABIN e entregues à CONTRATANTE.
3.8.1.2.	Caso haja necessidade de manutenção fora das dependências da ABIN, a CONTRATADA deverá remover as unidades de armazenamento nas dependências da ABIN, ficando a CONTRATANTE responsável pela sua guarda enquanto perdurar o conserto.
3.8.1.3.	Em caso de dano nas unidades de armazenamento, os componentes substituídos deverão ser removidos e entregues à CONTRATANTE.
3.9.	<b>Requisitos sociais, ambientais e culturais, que definem requisitos que a solução de TIC deve atender para estar em conformidade com costumes, idiomas e ao meio ambiente</b>
3.9.1.	O idioma a ser utilizado na documentação poderá ser o português ou inglês;
3.9.2.	O idioma a ser utilizado no processo de gerenciamento de chamados deve ser preferencialmente o português, podendo eventualmente ser utilizado o inglês, desde que a CONTRATANTE seja informada previamente de que o atendimento será realizado em inglês;
3.9.3.	<b>Grupo 1:</b>
3.9.4.	O Suporte Técnico deverá ser prestado de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental contidos no Art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG e no Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República, no que couber.
3.9.5.	A CONTRATADA deverá cumprir, no que couber, as exigências:
3.9.5.1.	Do inciso XI, art. 7º da Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS.
3.9.5.2.	Do art. 6º da Instrução Normativa MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que estabelece as práticas de sustentabilidade na execução dos serviços.
3.9.5.3.	Da Portaria nº 170, de 10 de abril de 2012 do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO.
3.9.5.4.	Do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012.
3.9.6.	Não será exigida a Certificação IBAMA, referente à qualidade ambiental, em conformidade com a Instrução Normativa IBAMA nº 6 de 15/03/2013, por se tratar de contratação de suporte técnico, ou seja, trata-se de serviço agregado ao bem e não à aquisição do bem. Entretanto, nos casos de Substituição Avançada de Hardware, só será admitida a entrega de itens que cumpram os critérios de segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética, previstos na Portaria/INMETRO nº 170, de 2012;
3.9.6.1.	Nos casos de Substituição Avançada de Hardware, só será admitida a entrega de itens especificados neste Termo de Referência que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS ( <i>Restriction of Certain Hazardous Substances</i> ), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil polibromados (PBDEs).
3.9.7.	<b>Grupo 2:</b>
3.9.7.1.	Por se tratar de aquisição de softwares, não foram identificados requisitos de sustentabilidade. As licenças serão entregues via download, de tal forma que nem mesmo mídias de instalação serão utilizadas. Entende-se, portanto, que não será necessário atender critérios de sustentabilidade além daqueles já descritos no Plano de Logística Sustentável da ABIN.
3.10.	<b>Requisitos de projeto e implementação, que estabelecem o processo de desenvolvimento de software, técnicas, métodos, forma de gestão, de documentação</b>
3.10.1.	Não se aplica, pois não serão criados ou desenvolvidos produtos ou soluções. A contratação envolve o fornecimento de uma solução completa e funcional, pronta para ser utilizada, dependendo apenas da instalação e configuração no ambiente da CONTRATANTE.
3.11.	<b>Requisitos de implantação, que definem o processo de disponibilização da solução em ambiente de produção</b>
3.11.1.	Durante os atendimentos dos chamados de suporte técnico, deve ser garantida a continuidade dos serviços prestados no ambiente de rede da ABIN, mantendo a mesma disponibilidade dos serviços básicos de rede (resolução de nome, endereçamento dinâmico, autenticação dos usuários, etc.), dos demais serviços de retaguarda (aplicativos, correio eletrônico, banco de dados, Internet, etc.), e da própria solução de gerenciamento e monitoramento de ativos de rede hoje existentes no ambiente de produção da ABIN.
3.11.2.	<b>Especificamente para o Grupo 2:</b>
3.11.2.1.	A ABIN irá fornecer toda a infraestrutura necessária para instalação e funcionamento da solução;
3.11.2.2.	A instalação deverá ser efetuada sem que haja interrupção dos serviços no ambiente de produção;
3.11.2.3.	A instalação poderá ser efetuada em qualquer dia da semana, inclusive fora do horário comercial, desde que acordado previamente com a CONTRATANTE;
3.12.	<b>Requisitos de experiência profissional da equipe que executará os serviços relacionados à solução de TIC, que definem a natureza da experiência profissional exigida e as respectivas formas de comprovação dessa experiência</b>
3.12.1.	Os profissionais escalados para intervir no ambiente da CONTRATANTE deverão ter participado de atividade semelhante, de instalação ou configuração envolvendo os produtos adquiridos;
3.12.2.	A CONTRATADA deverá apresentar declaração, podendo ser fornecida pelo fabricante, de que o profissional já participou de atividade de instalação ou configuração dos produtos fornecidos ou foi treinado para isso.
3.13.	<b>Requisitos de formação da equipe que projetará, implementará e implantará a Solução de Tecnologia da Informação, que definem cursos acadêmicos e técnicos, formas de comprovação dessa formação</b>
3.13.1.	Toda e qualquer intervenção no ambiente da CONTRATANTE deve ser realizada por profissionais comprovadamente qualificados pelo fabricante da solução ou pela CONTRATADA;
3.13.2.	A comprovação deve ser feita através da apresentação de certificados de capacitação emitidos em nome do profissional.
3.14.	<b>Requisitos de garantia e manutenção, que definem a forma como será conduzida a manutenção e a comunicação entre as partes envolvidas</b>
3.14.1.	A CONTRATADA deverá providenciar o acesso da CONTRATANTE à Central de Assistência Técnica (TAC) da CISCO SYSTEMS INC, bem como o acesso registrado ao site da CISCO SYSTEMS INC., para, entre outras coisas, obter informações técnicas on-line e gerenciar as solicitações de serviço;
3.14.2.	Serão considerados canais de comunicação ao TAC:
3.14.2.1.	Web site;
3.14.2.2.	Correio eletrônico (e-mail);
3.14.3.	Serviço telefônico disponibilizado através de um número 0800 (zero oitocentos) à Central de Atendimento por Voz, com atendimento, preferencialmente, na língua portuguesa, devendo esse Centro operar de forma ininterrupta, no mínimo, das 8h às 18h em dias úteis;
3.14.4.	Número ilimitado de chamados/mês;
3.14.5.	Ao se abrir um chamado junto ao fabricante, inicia-se o <i>troubleshooting</i> e eventual acesso ao segundo e terceiro níveis de suporte. Todo atendimento deverá ser apoiado por processos e sistemas automatizados para garantir a correto escalonamento de chamados e resolução de eventos de falhas no período acordado;
3.15.	<b>Requisitos de metodologia de trabalho</b>
3.15.1.	<b>Para o Grupo 01:</b>

- 14/06/2021 15:19

- 4.2.16. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do contrato;
- 4.2.17. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários e comerciais resultantes da contratação, isentando a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária;
- 4.2.18. Responsabilizar-se pelo imediato atendimento a eventual solicitação da ABIN, no sentido de fornecer prontamente quaisquer informações e documentos relativos às atividades da empresa;
- 4.2.19. Não caucionar ou utilizar o Termo de Contrato ou Nota de Empenho para qualquer operação financeira;
- 4.2.20. Prestar os esclarecimentos julgados necessários, bem como informar e manter atualizado(s) o(s) número(s) de telefone, endereço eletrônico (e-mail) e o nome da pessoa autorizada para contatos;
- 4.2.21. Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização da Solução de Tecnologia da Informação pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;
- 4.2.22. Fornecer, sempre que solicitado, amostra para realização de Prova de Conceito para fins de comprovação de atendimento das especificações técnicas;
- 4.2.23. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 4.2.24. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do art. 57 da lei 8.666.
- 4.3. **Do órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços**
- 4.3.1. Não se aplica, pois não haverá registro de preços.
5. **MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**
- 5.1. **Prazos, horários de fornecimento de bens ou prestação dos serviços e locais de entrega**
- 5.1.1. O Prazo de entrega dos produtos será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da emissão da Ordem de Fornecimento de Bens;
- 5.1.2. Eventualmente, tarefas excepcionais poderão ser executadas fora do horário especificado, desde que previamente acordado com a CONTRATANTE;
- 5.1.3. Caso os bens sejam importados, deve-se comprovar, no momento da entrega do objeto, a origem dos bens oferecidos e a quitação dos tributos de importação.
- 5.2. **Documentação mínima exigida (para itens do Grupo 2)**
- 5.2.1. Deverão ser fornecidos manuais técnicos do usuário e de referência (*datasheets*) contendo todas as informações sobre os produtos com as instruções para instalação, configuração, operação e administração;
- 5.2.2. A CONTRATADA deverá fornecer documentação completa da solução, incluindo orientações de instalação, especificação do equipamento, características e funcionalidades;
- 5.2.3. Serão aceitos manuais em inglês.
- 5.3. **Papeis e responsabilidades da contratante e contratada na execução contratual**
- 5.3.1. **Preposto** - É o representante da CONTRATADA, responsável por acompanhar a execução contratual e atuar como interlocutor principal junto à CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.
- 5.3.2. **Fiscal técnico do contrato** - É o servidor representante da área de tecnologia da informação da CONTRATANTE, responsável pela fiscalização dos aspectos técnicos da contratação e pelas seguintes atribuições:
- 5.3.2.1. Confecção e assinatura do termo de recebimento provisório quando da entrega do objeto resultante de cada ordem de serviço ou de fornecimento de bens;
- 5.3.2.2. Avaliação da qualidade dos serviços realizados ou dos bens entregues e de justificativas existentes, a partir da aplicação das listas de verificação e de acordo com os critérios de aceitação definidos;
- 5.3.2.3. Verificação da manutenção das obrigações assumidas pela CONTRATADA que ensejam a contratação, referentes aos critérios de habilitação e qualificação técnica;
- 5.3.2.4. Identificação das ocorrências de não conformidade com os requisitos estabelecidos.
- 5.3.3. **Fiscal administrativo do contrato** - É o servidor representante da Área Administrativa da CONTRATANTE, responsável pela fiscalização dos aspectos administrativos da contratação e pelas seguintes atribuições:
- 5.3.3.1. Verificação da manutenção das obrigações assumidas pela CONTRATADA que ensejam a contratação, referentes aos critérios de habilitação e qualificação;
- 5.3.3.2. Verificação de aderência aos termos contratuais;
- 5.3.3.3. Verificação das regularidades fiscais, trabalhistas e previdenciárias para fins de pagamento.
- 5.3.4. **Fiscal requisitante do contrato** - É o servidor representante da área requisitante da CONTRATANTE, responsável pela fiscalização do ponto de vista funcional da solução de tecnologia da informação e pelas seguintes atribuições:
- 5.3.4.1. Confecção e assinatura do termo de recebimento definitivo, juntamente com o gestor do contrato, para fins de encaminhamento para pagamento com base nas informações produzidas;
- 5.3.4.2. Verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação.
- 5.3.5. **Gestor do contrato** - É o servidor da CONTRATANTE com atribuições gerenciais, técnicas e operacionais relacionadas ao processo de gestão do contrato, sendo responsável por:
- 5.3.5.1. Encaminhamento das demandas de correção à contratada;
- 5.3.5.2. Encaminhamento de indicação de sanções para Área Administrativa da contratante;
- 5.3.5.3. Autorização para emissão de nota(s) fiscal(is), a ser(em) encaminhada(s) ao preposto da contratada;
- 5.3.5.4. Encaminhamento à Área Administrativa de eventuais pedidos de modificação contratual;
- 5.3.5.5. Manutenção do Histórico de Gestão do Contrato, contendo registros formais de todas as ocorrências positivas e negativas da execução do contrato, por ordem histórica;
- 5.3.5.6. Aprovação e priorização junto à CONTRATADA das demandas de serviços a serem atendidas.
- 5.4. **Quantificação ou estimativa prévia do volume de serviços demandados ou quantidade de bens a serem fornecidos**
- 5.4.1. Todos os equipamentos do Grupo 1 operam em par de alta disponibilidade. Alguns pares tem vigência de suporte dessincronizadas entre si, devido à unidade redundante ter sido adquirida um ano após a primeira unidade, já que a licitação foi conduzida por Registro de Preços.

GRUPO	ITEM	PART NUMBER DO PRODUTO	GARANTIA OFERTADA	QTDE	END OF LIFE DO EQUIPAMENTO
1	1	ASA585-S20-K8	CON-SNT-A85S2K8	2	31/05/2023
	2	VS-C6509E-SUP2T	CON-SNT-VS09E2T	2	31/10/2025
	3	WS-C4500X-16SFP+	CON-SNT-WSC16SFX	1	31/10/2025
	4	WS-C4500X-16SFP+	CON-SNT-WSC16SFX	1	31/10/2025
	5	WS-C3850-24S-S	CON-SNT-WSC3854S	3	Não Divulgado
	6	WS-C3850-24S-S	CON-SNT-WSC3854S	3	Não Divulgado

5.4.2. O Grupo 2 prevê a contratação da ferramenta de monitoramento Cisco Prime Infrastructure, incluindo upgrade de licenças preexistentes (tokens para cada um dos equipamentos a serem monitorados), conforme quantidades listadas na tabela abaixo;

GRUPO	ITEM	PART NUMBER DO PRODUTO	DESCRIÇÃO	QTDE
2	7	R-PI38-SW-K9	Cisco Prime Infrastructure (VM)	1
	8	CON-ECMU-RPI38SWK	Suporte para o Cisco Prime Infrastructure (VM) pelo período de 12 (doze) meses	1
	9	L-MGMT3X-PI-BASE	Cisco Prime Infrastructure (Base License)	1
	10	CON-ECMU-LMGMBASE	Suporte para o Cisco Prime Infrastructure (Base License) pelo período de 12 meses	1
	11	L-P-PI3X-LF-50-U	Cisco Prime Infrastructure (Upgrade - 50 licenças TOKEN)	1
	12	CON-ECMU-LPPIX50U	Suporte para o Cisco Prime Infrastructure (Upgrade - 50 licenças TOKEN) pelo período de 12 (doze) meses	1

13	L-P-PI3X-LF-100-U	Cisco Prime Infrastructure (Upgrade - 100 licenças TOKEN)	1
14	CON-ECMU-LPPIF100	Suporte para o Cisco Prime Infrastructure (Upgrade - 100 licenças TOKEN) pelo período de 12 (doze) meses	1

Mecanismos formais de comunicação

- 5.4.3. Qualquer notificação, solicitação ou comunicação que as partes devam enviar uma à outra será feita por escrito e considerar-se-á efetuada no momento em que o documento for entregue ao destinatário nos endereços indicados no instrumento convocatório e nas propostas comerciais dos licitantes, ou outro endereço indicado por escrito pela contratada;
- 5.4.4. Serão considerados mecanismos formais de comunicação a serem utilizados para troca de informações entre a contratada e a ABIN todos aqueles definidos pela legislação em vigor, tais como e-mail, portal na Internet (site), Ordem de serviço ou de Fornecimento de Bens, ofício, carta, telefone, fax ou meio informatizado que armazene o histórico da tramitação das solicitações e respostas;
- 5.4.5. A CONTRATADA deverá prestar, ainda, serviço de atendimento telefônico via ligação local, e/ou serviço web para registro e abertura de ocorrências, das quais deverá constar um número de registro. Os números de telefones e endereços eletrônicos informados passam a constituir mecanismos formais de comunicação.
- 5.4.6. Ordem de Fornecimento de Bens (OFB), a ser utilizada pela CONTRATANTE para demandar a entrega dos produtos, conforme ANEXO III;
- 5.5. **Forma de pagamento**
- 5.5.1. [Para o Grupo 01: O pagamento será realizado, mensalmente, no prazo máximo de até 30 \(trinta\) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado;](#)
- 5.5.2. [Para o Grupo 02: o pagamento pela compra das licenças de uso de software será feito, em parcela única, ao passo que os pagamentos dos serviços de suporte serão feitos mensalmente. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 \(trinta\) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado;](#)
- 5.5.2.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 5.5.3. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 5.5.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 5.5.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 5.5.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda ,circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 5.5.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 5.5.7. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 5.5.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 5.5.9. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 5.5.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularização fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 5.5.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 5.5.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 5.5.12.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 5.5.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 5.5.13.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, deque faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 5.5.14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:
- EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX) I = (6/100)

TX = Percentual da taxa anual = 6%

365
- 5.5.15. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 5.6. **Da exigência de garantia de execução contratual**
- 5.6.1. A exigência de prestação de garantia objetiva assegurar que o contratado efetivamente cumpra as obrigações contratuais assumidas, tornando possível à Administração a reposição de eventuais prejuízos que possa vir a sofrer em caso de inadimplemento;
- 5.6.2. O elevado valor da contratação é um dos motivos que levam à exigência da Garantia Contratual neste processo. É prudente que o valor da garantia esteja à disposição caso a empresa não cumpra as obrigações estabelecidos no contrato. Ou seja, a garantia contratual pode ser utilizada para quitar possíveis prejuízos causados pela CONTRATADA à ABIN durante a vigência do contrato;
- 5.6.3. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993,com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato;
- 5.6.3.1. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro garantia ou fiança bancária;
- 5.6.3.2. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento);
- 5.6.3.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.
- 5.6.4. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VIIF da IN SEGES/MP nº 5/2017;
- 5.6.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato; e

c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada.
- 5.6.6. A modalidade seguro garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria;
- 5.6.7. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária;
- 5.6.8. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- 5.6.9. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil;
- 5.6.9.1. A fiança bancária deverá ser emitida por instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (Acórdão 2784/2019 – TCU Plenário, Acórdão nº 2467/2017 – TCU – Plenário);
- 5.6.10. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação;
- 5.6.10.1. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em





- 6.4.3.1. O recebimento PROVISÓRIO será conduzido por servidor ou por comissão designada pela autoridade competente de, no mínimo, 3 (três) membros quando se tratar de materiais de valor superior a R\$ 176.000 (cento e setenta e seis mil reais)
- 6.4.3.2. Nos procedimentos de recebimento dos produtos serão verificados o cumprimento dos prazos e outras obrigações assumidas pela CONTRATADA para o fornecimento dos bens;
- 6.4.4. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;
- 6.4.5. O objeto será recebido DEFINITIVAMENTE, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização ou comissão designada pela autoridade competente, mediante recibo OU Termo circunstanciado, assinado pelas partes, em até 30 dias após o Recebimento Provisório, no qual será verificada a adequação do objeto aos termos contratuais;
- 6.4.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;
- 6.4.6. O Recebimento DEFINITIVO dos bens estará condicionado à verificação do cumprimento das seguintes obrigações:

a) Para o Grupo 1, à ativação do suporte junto à CISCO SYSTEMS INC. do Brasil;

b) Grupo 2: à ativação das licenças de software e do respectivo suporte junto à CISCO SYSTEMS INC. do Brasil.
- 6.4.7. [A emissão das Notas Fiscais, por sua vez, estará condicionada ao Recebimento Definitivo da solução.](#)
- 6.4.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;
- 6.4.9. A Contratante poderá rejeitar, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem ônus para a ABIN, se entregue em desacordo com as especificações estabelecidas no Termo de Referência, no Contrato ou na sua proposta;
- 6.4.9.1. Caso seja verificada alguma inconformidade na aceitação inicial do objeto, a contratante informará à contratada os motivos da não aceitação, devolvendo o(s) bem(ns) para correção. A contratada será notificada com o respectivo , no qual deverá constar o motivo da não aceitação do objeto, ficando sujeita às penalidades previstas no edital ou no contrato;
- 6.4.10. À contratada caberá sanar as irregularidades identificadas na entrega dos bens ou substituir as parcelas do objeto em desacordo com o edital no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da rejeição, arcando com todos os custos para recolhimento e entrega de novos bens, sem prejuízo das sanções contratuais.
- 6.5. **Inspecções e diligências**
- 6.5.1. A CONTRATANTE poderá, em qualquer fase do processo licitatório e da vigência do contrato, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar as instruções do processo, obrigando as licitantes e as contratadas a prestar todos os esclarecimentos necessários;
- 6.5.2. As diligências poderão ser realizadas mediante a solicitação de declarações ou qualquer documentação oficial do fabricante ou da Contratada que esclareça um fato, comprove uma especificação ou resolva uma situação que enseje detalhamento. Também pode ser realizada mediante visita técnica da CONTRATANTE às instalações da CONTRATADA.
- 6.6. **Disponibilidade de recursos humanos necessários às atividades de gestão e fiscalização do contrato**
- 6.6.1. Conforme previsto no §2º do Art. 29 da IN SGD/ME Nº 1/2019, a equipe de planejamento da contratação poderá ser indicada para a fiscalização do contrato;
- 6.6.2. Nos termos do art. 67 da Lei 8.666 de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;
- 6.6.3. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 6.6.4. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 6.6.5. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 6.7. **Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento**
- 6.7.1. [A CONTRATADA estará sujeita à retenção do pagamento ou glosa no pagamento efetuado correspondente à parcela inadimplida quando:](#)
- 6.7.1.1. [Entregar os produtos em quantitativos inferiores aos demandados em cada Ordem de Fornecedor de Bens;](#)
- 6.7.1.2. [Deixar de substituir itens rejeitados na aceitação nos prazos estabelecidos;](#)
- 6.7.1.3. [Não atender aos itens descritos nos Critérios de Aceitação, não produzir os resultados, deixar de executar as atividades contratadas; ou não cumprir os prazos determinados para atendimento dos chamados de suporte técnico;](#)
- 6.7.1.4. [Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;](#)
- 6.8. **Regras para aplicação de multas e sanções administrativas**
- 6.8.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
- 6.8.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 6.8.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 6.8.1.3. Fraudar na execução do contrato;
- 6.8.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;
- 6.8.1.5. Cometer fraude fiscal;
- 6.8.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 6.8.2.1. **Advertência**

I - Aplicadas nos casos de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CONTRATANTE.
- 6.8.2.2. **Critérios para aplicação de sanções e multas**

ID	EVENTO	OCORRÊNCIA		
		1ª	2ª	3ª
1	Atraso injustificado na entrega dos produtos	Advertência Se atraso for de até 15 (quinze) dias. Atraso acima de <b>15 (quinze)</b> dias configura 2ª ocorrência.	Multa compensatória de 3% sobre o valor dos produtos não entregues	Multa compensatória de 5% sobre o valor dos produtos não entregues
			Multa moratória de 0,3% (um por cento) por dia de atraso sobre o valor dos produtos não entregues. Limite: 10 (dez) dias	Multa moratória de <b>1%</b> (um por cento) por dia de atraso sobre o valor dos produtos não entregues. Limite: 10 (dez) dias
2	Atraso no atendimento dos prazos previstos para a garantia	Advertência Se atraso for de até 5 (cinco) dias. Atraso acima de <b>5 (cinco)</b> dias configura 2ª ocorrência.	Multa compensatória de 1% sobre o valor total da contratação	Multa compensatória de 2% sobre o valor total da contratação
			Multa moratória de 0,1% (um por cento) por dia de atraso sobre o valor total da contratação. Limite: 10 (dez) dias	Multa moratória de 0,2% ( <b>zero vírgula dois</b> por cento) por dia de atraso sobre o valor total da contratação. Limite: 10 (dez) dias
3	Deixar de entregar os bens. Caracterizada inexecução total do contrato	Multa compensatória de 20% sobre o valor total da contratação	---	---
		Rescisão do contrato	---	---

- 6.8.2.3. Em caso de inexecução parcial, em eventos não previstos acima, a multa compensatória, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.
- 6.8.2.4. [Caberá aplicação de penalidade de multa de 0,07% \(sete centésimos por cento\) do valor do contrato, por dia de atraso na apresentação da garantia \(seja para reforço ou por ocasião de prorrogação\), observado o máximo de 2% \(dois por cento\).](#)

- I - O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
- 6.8.2.5. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 6.8.2.6. Suspensão de licitar e impedimento de contratar

I - Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.

II - Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 6.8.1 deste Termo de Referência.
- 6.8.2.7. Declaração de inidoneidade

I - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados.
- 6.8.3. As sanções previstas nos subitens 6.8.2.1, 6.8.2.4 e 6.8.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados
- 6.8.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

6.8.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

6.8.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação.

6.8.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 6.8.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 6.9. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 6.9.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 6.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 6.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

6.11.0.1. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

6.11.0.2. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

6.11.0.3. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 6.11.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 6.12. Alteração Subjetiva

6.12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
7. ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO

7.1. A pesquisa de preços para indicação dos valores de referência foi realizada de acordo com o estabelecido na Instrução Normativa Seges/ME nº 73, de 05 de agosto de 2020. Os valores apurados são apresentados nas tabelas abaixo:

GRUPO	ITEM	PART NUMBER	DESCRIÇÃO (GARANTIA OFERTADA)	QTDE	VALOR UNIT. MENSAL* (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	1	ASA5585-S20-K8	CON-SNT-A85S2K8	2	9.750,00	234.000,00
	2	VS-C6509E-SUP2T	CON-SNT-VS09E2T	2	9.415,00	225.960,00
	3	WS-C4500X-16SFP+	CON-SNT-WSC16SFX	1	1.245,00	14.940,00
	4	WS-C4500X-16SFP+	CON-SNT-WSC16SFX	1	1.245,00	14.940,00
	5	WS-C3850-24S-S	CON-SNT-WSC3854S	3	1.380,00	49.680,00
	6	WS-C3850-24S-S	CON-SNT-WSC3854S	3	1.380,00	49.680,00
2	7	R-PI38-SW-K9	Cisco Prime Infrastructure (VM)	1	N/A	1.395,00
	8	CON-ECMU-RPI38SWK	Suporte para o Cisco Prime Infrastructure (VM) pelo período de 12 (doze) meses	1	40,00	480,00
	9	L-MGMT3X-PI-BASE	Cisco Prime Infrastructure (Base License)	1	N/A	5.065,00
	10	CON-ECMU-LMGMBASE	Suporte para o Cisco Prime Infrastructure (Base License) pelo período de 12 meses	1	150,00	1.800,00
	11	L-P-PI3X-LF-50-U	Cisco Prime Infrastructure (Upgrade - 50 licenças TOKEN)	1	N/A	28.755,00
	12	CON-ECMU-LPPIX50U	Suporte para o Cisco Prime Infrastructure (Upgrade - 50 licenças TOKEN) pelo período de 12 (doze) meses	1	1.790,00	21.480,00
	13	L-P-PI3X-LF-100-U	Cisco Prime Infrastructure (Upgrade - 100 licenças TOKEN)	1	N/A	48.740,00
	14	CON-ECMU-LPPIF100	Suporte para o Cisco Prime Infrastructure (Upgrade - 100 licenças TOKEN) pelo período de 12 (doze) meses	1	3.035,00	36.420,00
TOTAL					29.430,00	733.335,00

\* Todos os itens estão previstos para serem contratados com pagamento mensal, exceto os itens 7, 9, 11 e 13 cujo pagamento será integral, por se tratar da aquisição da ferramenta Cisco Prime Infrastructure e do upgrade (tokens) de cada um dos equipamentos a serem gerenciados pela ferramenta.

8. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
- 8.1. Estimativa de impacto econômico-financeiro no orçamento
- 8.2. Estima-se que a presente contratação seja realizada pelo valor aproximado de R\$ 733.335,00 (setecentos e trinta e três mil trezentos e trinta e cinco reais).
- 8.3. Os recursos financeiros para esta contratação estão consignados na previsão de orçamento da ABIN para 2021, Fonte de Recursos – 0100.
9. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
- 9.1. O pagamento será efetuado mensalmente, conforme previsão apresentada na tabela abaixo (pagamento referente à entrega e/ou utilização no mês anterior);
- 9.2. O pagamento dos itens do Grupo 1 deve ser realizado até que se atinja o tempo de vida útil de cada equipamento, conforme especificado na tabela do item 1.2.1;
- 9.3. O pagamento dos itens (de suporte) do Grupo 2 deve ser realizado até que se atinja o tempo de vida útil dos equipamentos gerenciados pela ferramenta

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	PART NUMBER	QTDE	PGTO 1º MÊS	PGTO 2º MÊS	...	PGTO FEV/2022	PGTO MAR/2022 EM DIANTE
1	1	Extensão de garantia Cisco ASA 5585	27120	2	x	x	x	x	x
	2	Extensão de garantia Cisco Catalyst 6509	27120	2	x	x	x	x	x
	3	Extensão de garantia Cisco Catalyst 4500	27120	1	x	x	x	x	x
	4	Extensão de garantia Cisco Catalyst 4500	27120	1	-	-	-	x	x
	5	Extensão de garantia Cisco Catalyst 3850	27120	3	x	x	x	x	x
	6	Extensão de garantia Cisco Catalyst 3850	27120	3	-	-	-	x	x
2	7	Cisco Prime Infrastructure (VM)	27480	1	x	-	-	-	-
	8	Suporte para o Cisco Prime Infrastructure (VM) pelo período de 12 (doze) meses	27480	1	x	x	x	x	x
	9	Cisco Prime Infrastructure (Base License)	27480	1	x	-	-	-	-
	10	Suporte para o Cisco Prime Infrastructure (Base License) pelo período de 12 meses	27480	1	x	x	x	x	x
	11	Cisco Prime Infrastructure (Upgrade - 50 licenças TOKEN)	27480	1	x	-	-	-	-
	12	Suporte para o Cisco Prime Infrastructure (Upgrade - 50 licenças TOKEN) pelo período de 12 (doze) meses	27480	1	x	x	x	x	x
	13	Cisco Prime Infrastructure (Upgrade - 100 licenças TOKEN)	27480	1	x	-	-	-	-
	14	Suporte para o Cisco Prime Infrastructure (Upgrade - 100 licenças TOKEN) pelo período de 12 (doze) meses	27480	1	x	x	x	x	x

10. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR
- 10.1. Regime de execução do contrato ou forma de execução
- 10.1.1. A contratação será efetuada mediante empreitada por preço unitário;
- 10.2. Reajuste
- 10.2.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas;
- 10.2.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice de Custos de Tecnologia da Informação – ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;
- 10.2.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;
- 10.2.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer;
- 10.2.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;
- 10.2.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;
- 10.2.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituído, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;
- 10.2.8. O reajuste será realizado por apostilamento.
- 10.3. Critério de seleção
- 10.3.1. Devido à padronização existente no mercado, o objeto desta contratação atende a protocolos, métodos e técnicas pré-estabelecidos e conhecidos, bem como a padrões de desempenho e qualidade que foram objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado estando, dessa forma, caracterizados como bem comum.
- 10.3.2. Considerando que o objeto da contratação é classificado como comum na forma do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520, de 2002, e conforme previsto no Inciso X do art. 4º da Lei nº 10.520/02 e no parágrafo único do art. 26 da IN nº 04/2014 STI-MPOG, a contratação será realizada mediante licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço por grupo.
- 10.4. Critério de aceitabilidade de preços
- 10.4.1. a) Valor Global: valor global máximo estimado por grupo, conforme a tabela do item 1.1 deste Termo de Referência.
- 10.4.2. b) Valores unitários: valores unitários máximos estimados por itens, conforme a tabela do item 1.1 deste Termo de Referência.
- 10.5. Critérios de Julgamento das Propostas
- 10.5.1. Por ocasião da apresentação da proposta comercial com a descrição do item proposto, na fase de habilitação, a licitante deverá, obrigatoriamente, demonstrar que o produto ofertado atende às exigências solicitadas nesta especificação, podendo para tanto embasar-se em documentação pública e oficial do fabricante do equipamento;
- 10.5.1.1. Serão aceitos catálogos, datasheets, manuais, páginas da web, brochuras ou outra documentação oficial onde se possa de maneira inequívoca identificar o modelo de equipamento proposto. A comprovação e suas referidas documentações poderão ser fornecidas em mídia eletrônica;
- 10.5.1.2. Na fase de habilitação e envio da proposta comercial, para fins de identificação do objeto, a LICITANTE deverá apresentar descrição do objeto ofertado, que deve ser caracterizado de maneira inequívoca, incluindo a informação da marca e o modelo do equipamento proposto para fins de avaliação, conforme descrito no item ANTERIOR;
- 10.5.1.3. Havendo dúvidas na comprovação da especificação, a sessão pública do certame poderá ser suspensa e ser solicitado à LICITANTE, por meio de diligência, esclarecimentos sobre a especificação dos produtos cotados;
- 10.5.1.4. A licitante deverá ainda, apresentar declaração de que o produto atende a todas especificações exigidas.
- 10.5.1.5. Na proposta apresentada, deverão estar incluídas todas e quaisquer despesas com mão de obra, fretes, taxas, inclusive de administração, emolumentos e quaisquer despesas operacionais, bem como todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, despesas e obrigações financeiras de qualquer natureza e outras despesas, diretas e indiretas, incluindo todos os componentes de custo dos serviços (equipamentos, insumos, softwares, licenças de uso, etc.) e o lucro, todas necessárias à perfeita execução do objeto da licitação;
- 10.6. Critérios para análise das amostras ou da prova de conceito
- 10.7. Não se aplica, pois não serão exigidas amostras ou prova de conceito.
- 10.8. Requisitos de qualificação técnica
- 10.8.1. A licitante vencedora deverá, nos termos do Art. 30, inciso II, da Lei 8.666/93, apresentar um ou mais Atestados de Capacidade Técnico-Operacional, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da Licitante, que comprove:
- 10.8.1.1. GRUPO 1 - Fornecimento de contratos de garantia em nome do fabricante para switches e firewalls CISCO de qualquer modelo e em qualquer quantidade;
- 10.8.1.2. GRUPO 2 – Fornecimento, instalação e configuração de ferramenta de gerência CISCO de qualquer modelo e em qualquer quantidade.
- 10.8.2. A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o fornecimento das licenças.
- 10.8.3. Conforme determinado no item 1.7 do Anexo "Diretrizes específicas de planejamento da contratação" para contratação de licenciamento de softwares e serviços agregados, as empresas licitantes devem apresentar declaração que ateste a não ocorrência do registro de oportunidade, de modo a garantir o princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, conforme disposto na Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.8.4. Os atestados referir-se-ão a contratos já concluídos ou já decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior, apenas aceito mediante a apresentação do contrato;
- 10.8.5. A Administração poderá realizar diligências nos termos do art. 43, §3, da Lei n. 8.666/93, e em consonância com as orientações e determinações do Tribunal de Contas da União, momento em que será(ão) validada(s) as informações constantes dos atestados;
- 10.8.6. O(s) atestado(s) deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado da emitente, contendo a identificação do signatário, nome, endereço, telefone e, se for o caso, correio eletrônico, para contato e deve(m) indicar as características dos bens entregues pela LICITANTE;
- 10.8.7. No caso de atestados emitidos por empresa da iniciativa privada, não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente. Serão considerados como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente, empresas controladas ou controladoras da empresa proponente, ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da



empresa emitente e da empresa proponente;

10.8.8. Comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

ASSINATURA

IN SGD/ME Nº 1/2019, Art. 12, § 6º

Em atendimento ao disposto no § 6º do art. 12º e no art. 26º da IN SGD/ME 1/2019, encaminhamos o Termo de Referência ao Departamento de Administração e Logística para continuidade do procedimento licitatório.

Equipe de planejamento da contratação.

Certifico que este Termo de Referência/Projeto Básico foi elaborado a partir de um modelo de documento instituído pela ABIN, compatível com os modelos divulgados pela Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia.

Diretor do CEPESC

[Redacted Signature]

Documento assinado eletronicamente

ANEXO I

TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

A Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), sediada em Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 2, Bloco A, Brasília – DF, CEP: 70610-905, CNPJ nº 01.175.497/0001-41, doravante denominado contratante, e, de outro lado, a Empresa \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, doravante denominada contratada;

CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO N.º \_\_\_\_\_/20\_\_\_\_/DAL/SPG/ABIN/GSI/PR doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a contratada poderá ter acesso a informações sigilosas da contratante;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação da CONTRATANTE;

Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas, disponibilizadas pela CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18/11/2011 e os Decretos 7.724, de 16/05/2012 e 7.845, de 14/11/2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES**

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.

CONTRATO PRINCIPAL: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA**

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O termo "informação" abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes;

**Parágrafo Primeiro** – Comprometem-se, as partes, a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas informações, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

**Parágrafo Segundo** – As partes deverão cuidar para que as informações sigilosas fiquem restritas ao conhecimento das pessoas que estejam diretamente envolvidas nas atividades relacionadas à execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL.

**CLÁUSULA QUARTA – DOS LIMITES DO SIGILO**

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

I – sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato ocorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;

II – tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;

III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

**CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES**

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

**Parágrafo Primeiro** – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da CONTRATANTE.

**Parágrafo Segundo** – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

**Parágrafo Terceiro** – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

**Parágrafo Quarto** – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

**Parágrafo Quinto** – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

**Parágrafo Sexto** – A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III – Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

**CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA**

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretroatável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES**

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

**CLÁUSULA OITAVA – DISPOSIÇÕES GERAIS**

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL. Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

- I - A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;
- II - A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.
- III - A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;
- IV - Todas as condições, TERMOS e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;
- V - O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;
- VI - Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;
- VII - O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo a CONTRATO PRINCIPAL; e
- VIII - Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiações, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

**CLÁUSULA NONA – DO FORO**

A CONTRATANTE elege o foro da Seção Judiciária do Distrito Federal - Justiça Federal , onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Brasília - DF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

De acordo	
CONTRATANTE	CONTRATADA
Nome	Nome
Diretor(a) de Administração e Logística – ABIN	Cargo
TESTEMUNHA 1	TESTEMUNHA 2
Nome	Nome
Qualificação	Qualificação

\*\*\*

## ANEXO II

## TERMO DE CIÊNCIA DE SIGILO

Contrato N°: \_\_\_\_/20\_\_\_\_/DAL/SPG/ABIN/GSI/PR

Objeto: Aquisição de \_\_\_\_\_

Contratante (Órgão): Agência Brasileira de Inteligência - ABIN

Contratada: Empresa \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

Preposto da Contratada: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Por este instrumento, os empregados signatários declaram ter ciência e conhecimento do **Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo**, cuja inobservância acarretará eventualmente sanção nas esferas administrativa, civil e penal, nos termos da legislação correlata em vigor.

Brasília, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

## Ciência

## Empregados da contratada

\_\_\_\_\_  
Nome do empregado\_\_\_\_\_  
Nome do empregado

\*\*\*

## ANEXO III

## ORDEM DE FORNECIMENTO DE BENS

## 1. IDENTIFICAÇÃO

Nº da OFB:

Data de Emissão:

Emergencial: ( ) Sim

( ) Não

Área Requisitante da Solução:

Contratada:

Contrato nº:

## 2. ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS

Id	Item do contrato	Descrição do Produto	QTDE	Valor (R\$)
1				
2				
3				
TOTAL:				

## 3. INSTRUÇÕES COMPLEMENTARES

3.1. Digite aqui o texto....

3.2. Digite aqui o texto....

## 4. DOCUMENTOS ENTREGUES

4.1. Digite aqui o texto.... [SE HOUVER... apagar esta seção caso não seja entregue documentos]

4.2. Digite aqui o texto.... [SE HOUVER... apagar esta seção caso não seja entregue documentos]

## 5. DATAS E PRAZOS

Data Prevista para Entrega dos Produtos:	
Prazo Total do Contrato (com a garantia):	



Documento assinado eletronicamente por [REDACTED] em 26/05/2021, às 17:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.abin.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.abin.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0356184** e o código CRC **9A2C4CC3**.

Referência: Processo nº 00091.005906/2020-09

SEI nº 0356184

Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 1, - CEP 70610-905 - Brasília/DF -